

A inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva.

Roberta Helena Bortoleto¹

Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues²

Maria Estela Guadagnucci Palamin³
mpalomin@uol.com.br

Resumo

A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, prevê a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. O deficiente auditivo apresenta dificuldade ao se comunicar, seja oralmente ou através da escrita, todavia, não apresenta outras dificuldades que justifiquem sua exclusão neste sistema. O objetivo deste estudo foi verificar como os pais vêem a vida acadêmica de seu filho: sua história, sua realidade e suas perspectivas. Participaram 20 sujeitos, pais de crianças com deficiência auditiva, alunos de classe regular. Os resultados mostraram que: a) a colocação destas crianças na classe especial, se deu antes de uma experiência efetiva no sistema regular, encaminhados por professores e outros profissionais, devido à presença da deficiência auditiva; b) os sujeitos estão satisfeitos com a inclusão de seus filhos no sistema re-

gular de ensino, tendo clareza do que precisam para melhorar seu desempenho nela; c) 100% deles consideraram que foi bom para o filho estar na classe regular, mostrando-se otimistas com relação à sua vida acadêmica futura, entendendo que precisarão apoiá-los nesta empreitada. Estes resultados mostraram a efetividade da inclusão, concluindo que é necessário a colaboração de todos que estejam envolvidos na educação: a escola, a instituição e a família, para que esta realmente ocorra.

Abstract

The Directrix and Base Law, 1996, foresees the students' inclusion with special necessities in regular teaching net. The auditory deficient presents difficulties to communicate, orally or in writing, but he doesn't present other difficulties that explain his justification of exclusion in the system. The objective in this study was to check how the

fathers notice their son's academic life: their history, reality and perspectives. Twenty people took part in the study: they are fathers' auditory deficient and student's regular class. The results indicated that: a) these children's arrangement in special class was before the effective experience in the regular system and they were directed by teachers and other professionals, due the presence of auditory deficiency; b) people are satisfied with their sons' inclusion in the regular system and they know the necessities to improve their performance in it; c) all the people (100%) think their sons'd better be in regular class and they are optimistic about their future academic lives. The fathers know that they'll need to support them in their way. These results indicated the efficiency of the inclusion and conclude that everybody's collaboration is necessary, mainly who is involved with education: the school, the institution and the family, so that it happens.

¹ Psicóloga Especializada em Psicologia Clínica pelo Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP), Bauru-SP.

² Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru-SP.

³ Psicóloga do Centro de Distúrbios de Audição, Linguagem e Visão do HRAC-USP, Bauru-SP, Mestranda em Distúrbios da Comunicação.

Introdução

○ ser humano é único, devendo ser respeitado com suas capacidades, habilidades e potencialidades. Na vida acadêmica suas diferenças têm que ser consideradas, pois cada indivíduo tem uma forma diferente de perceber, entender e viver o mundo.

... cada indivíduo tem uma forma diferente de perceber e viver o mundo.

Atualmente, temos um movimento mundial pela Educação Inclusiva. Schulz e Carpenter (1995) colocam que se a inclusão total significa educar alunos excepcionais em classes regulares de forma íntegra. Mantoan (1997) defende que, para que a inserção seja completa, o sistema deve adaptar-se às particularidades de cada aluno. Mrech (2001), lembra que a inclusão é um processo que visa ampliar ao máximo a capacidade da criança, ainda que com ajuda técnica. Carvalho (1999) chama a atenção para o uso da palavra inclusão como sinônimo de integração entre tantos outros (inserção, normalização etc...). A inclusão deve prever a colocação de crianças portadoras de necessidades especiais no sistema regular de ensino, desde o início da sua vida escolar, com o compromisso de oferecer a ela, condições de desenvolvimento acadêmico e social.

Para situar a questão da inclusão do aluno com necessidades especiais, buscou-se a legislação que revela a idéia de que a educação

deve envolver a todos, inclusive deficientes. A Constituição Federativa do Brasil de 1988, artigo 205, dispõe que educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, prevê que a Educação seja a mais integrada possível, propondo a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

A deficiência auditiva é uma das deficiências mais comuns na população, acometendo 5% das crianças na faixa etária de 8 a 16 anos. A inclusão do portador de deficiência auditiva na escola deve garantir a sua permanência no sis-

igualdade de oportunidades, expondo-o a um processo de ensino-aprendizagem com qualidade.

Ao se falar em educação e conscientização de crianças e jovens deficientes auditivos e sobre a sua convivência plena na comunidade, é necessário compreender a problemática vivenciada pela família que se depara com uma condição que pode exigir alguns cuidados a mais.

Segundo Ferreira (1998), "o sofrimento familiar tem início com o impacto emocional causado pela informação diagnóstica. Após a revelação do problema, geralmente, ocorrem as mais intensas e diferentes reações. Os pais questionam o que fizeram de errado ou de mal para merecerem uma criança assim; alguns têm medo de ver o fi-

A inclusão do portador de deficiência auditiva na escola, deve garantir sua permanência no sistema educacional regular com igualdade de oportunidades, expondo-o a um processo de ensino-aprendizagem com qualidade.

tema educacional regular com igualdade de oportunidades, expondo-o a um processo ensino-aprendizagem com qualidade. Só se deve lançar mão das outras modalidades de atendimento educacional, seja classe especial, escola especial ou sala de recurso, quando o caso realmente exigir.

A inclusão do portador de deficiência auditiva na escola, deve garantir sua permanência no sistema educacional regular com

lho, imaginando que ele possui malformação física que possa assemelhá-lo a um monstinho ou coisa assim" (pag.92).

Crises familiares surgem a cada nova etapa da vida do portador de deficiência auditiva. Para Assumpção Junior (1991), "o momento da entrada dos filhos na escola é de suma importância para a família. Através da escola, este indivíduo ampliará seu sistema de relações estabelecendo um universo

mais amplo e com mais pessoas. Passará a ter seu desempenho checado de forma contínua e comparado com o de outras crianças, através dos sistemas de avaliação vigentes em nossa cultura" (pág. 39).

rados para atender esta clientela. Na realidade atual, observa-se que, mesmo se falando em inclusão do aluno portador de deficiência auditiva, os professores não estão preparados para recebê-los, surgindo, com isto, a dificuldade de comuni-

Ao se falar em educação do portador de deficiência auditiva, deve-se pensar no bem-estar e no aprendizado do mesmo.

Ao considerar-se que o atendimento especializado para portadores de deficiência tem ocorrido fundamentalmente no âmbito escolar, é principalmente nesse contexto que se evidenciam as conseqüências do seu uso ou forma. Pesquisadores alertam sobre a forma pela qual a Educação Especial está sendo conduzida nas escolas públicas, destacando a classe especial como modalidade representativa da situação educacional do deficiente e o mau uso que se tem feito dela.

Ao se falar em educação do portador de deficiência auditiva, deve-se pensar no bem-estar e no aprendizado do mesmo. Alguns profissionais ressaltam que se deve analisar cada caso, ou seja, cada aluno apresenta uma forma diferente de comunicação, sendo que existem alunos que foram estimulados desde pequenos, tanto pelos pais, quanto por profissionais; já outros não tiveram estimulações por falta de recursos dos pais ou mesmo devido à falta de profissionais prepa-

cação entre aluno e professor, contribuindo para dificuldade de aprendizagem do primeiro.

O presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento da vida escolar de portadores de deficiência auditiva a partir da descrição, pelos pais, da vida acadêmica de seu filho: sua história, sua realidade e suas perspectivas.

Material e Métodos

Participaram deste estudo 20 pais de crianças deficientes auditivas, pacientes do CEDALVI (Centro dos Distúrbios da Audição, Linguagem e Visão, unidade do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, da USP, Bauru), incluídas no sistema regular de ensino, sendo 95% deles, representados pelas mães, com idade variando de 20 a 48 anos de idade.

Os sujeitos responderam a uma entrevista semi-estruturada onde foram coletadas informações gerais sobre sua vida escolar passada, atu-

al e perspectivas escolares futuras dos seus filhos. As entrevistas foram realizadas individualmente, em local reservado, livre de barulhos, dentro da rotina de atendimento do CEDALVI, quando seu filho passava pelo serviço de Psicologia.

Resultados

O conjunto de questões da entrevista abrangia quatro aspectos: a colocação do filho na classe especial, a passagem da classe especial para a regular, como está hoje na classe regular e as expectativas para o futuro.

Para pesquisar o primeiro dos aspectos, as questões se referiam à classe especial: quem tomou esta decisão, por que, tempo de freqüência e quais os sentimentos dos sujeitos com relação a estes fatos. Na questão, "Quanto tempo seu filho freqüentou a classe/escola especial?", 40% dos sujeitos responderam que seus filhos freqüentaram de 6 meses a 3 anos, 45% de 3 anos e meio a 6 anos e 15% de 7 a 10 anos. Observa-se que 60% dos sujeitos freqüentaram a classe especial durante 3 a 10 anos. Questionados sobre o por que foram e permaneceram na classe/escola especial, 45% dos pais dos sujeitos responderam que os mesmos não conseguiriam acompanhar a classe regular e iniciaram sua vida escolar no ensino especial; 25% porque na sua cidade só tinha APAE e lá teriam acompanhamento especializado (fo-

noaudiologia, principalmente); 25% por indicação de pessoas conhecidas e orientações de profissionais e 5% para melhor alfabetização. Na questão "Como foi tomada esta decisão?", 20% dos pais responderam que foram os professores que decidiram e encaminharam; 25% responderam que foi por iniciativa dos pais; 10% da mãe; 15% dos pais foram influenciados por pessoas conhecidas, professores e profissionais; 5% não tinham com quem deixar; 15% porque apresentavam dificuldades em acompanhar classe regular; e 10% por ter fonoaudióloga gratuita somente na APAE.

Num segundo momento, abordou-se a mudança para a classe regular. Com relação à questão "Por que saiu e foi para a classe regular?", 40% dos pais responderam que os professores os consideraram aptos para frequentá-la; 25% que os pais e profissionais decidiram; 5% que só os profissionais decidiram; 10% por não querer mais frequentar escola especial e/ou por ser a escola especial em outra cidade; 5% referiram-se comportamentos inadequados de profissionais da escola especial; 5% devido à mudança de série; 5% por não ter notas e boletim na classe especial; e 5% para facilitar a adaptação com outras crianças. Na questão sobre "Sentimentos dos pais com relação a estes fatos", 5% dos pais não responderam; 25% referiram que se sentiram bem, considerando uma

vitória; 15% dos pais responderam que não sentiram nada; 10% não se sentiram bem alegando que os alunos eram pequenos e não falavam; 15% no início se sentiram mal, depois aceitaram; 25% responderam que foi bom para o filho estar aprendendo e ter a atenção necessária; e 5% acharam que não era preciso ter frequên-

100% dos pais consideram que foi bom para o filho a inclusão escolar.

O terceiro momento referiu-se a como os pais vêem seu filho na classe regular atualmente. Considerando à questão "Foi bom para ele?" 100% dos pais responderam que sim, sendo que destes, 10% colocaram que foi ótimo, pois acha-

100% dos pais consideram que foi bom para o filho a inclusão escolar.

tado classe especial. Para a questão "Com que idade foi para a escola regular?" 25% dos pais responderam que seus filhos iniciaram na escola regular entre os 4 aos 6 anos de idade; 25% entre 7 aos 9 anos; 30% entre 10 a 12 anos; e 20% entre 13 aos 15 anos de idade. Com relação à questão "Quem decidiu?", 45% dos pais dos sujeitos responderam que foram os professores e/ou profissionais (pedagoga, fonoaudióloga da classe ou escola especial) que decidiram; 15% pais e profissionais; 5% os pais; 30% as mães; e 5% não responderam. Na questão "Sentimentos dos pais com relação a este fato", 65% deles relataram achar melhor, que está ótimo e que estão realizados; 15% relataram estarem aliviados pelo fato do filho estar aprendendo; 15% ainda se referem ao medo do filho não se adaptar; e 5% acharam normal.

vam que seu filho se sentia igual às outras crianças. Com relação à questão "Você acha que ele está feliz?", 70% dos pais disseram que sim; 5% acharam que não; 5% acharam que antes estava e agora não; 10% disseram que o filho é infeliz, e 10% alegaram que tem dias que o filho está feliz e outros dias não. Para à questão "Você acha que ele está aproveitando?", 80% dos pais disseram que sim; 15% disseram que não; e 5% alegaram que o filho apresenta dificuldade em algumas disciplinas. Na questão "Como você se sente diante disto?", 50% dos pais relataram que estão muito felizes, alegres, gratificados; 5% acharam que foi bom para ele; 5% acharam que está difícil para ele; 10% disseram que gostariam de fazer mais coisas para o filho; 15% se referiram à melhora do desempenho dos filhos (é inteligente, seu caderno é caprichado etc...); 5% não

sentiram nada; 5% tristes e 5% relataram sentir-se como os filhos (se estão bem, pais também estão). Na questão "Está bom deste jeito?", 70% disseram que sim; 15% disseram que não; 5% relataram que preferiam que o filho falasse perfeitamente; 5% responderam que sim desde que o filho continuasse querendo estudar; 5% acharam que ainda tem muita coisa para mudar. Com relação à questão "Como poderia ser para atender a sua expectativa?" 5% dos pais não responderam; 20% gostariam que os professores fossem mais atenciosos e especializados; 10% esperam melhoria nos conteúdos (aprender mais, ler melhor); 30% disseram que não precisa mudar nada, que está bom; 25% gostariam de ver mudança de comportamento do filhos; 5% esperam que sofram menos preconceitos e 5% gostariam que o filho continuasse estudando.

Os pais relataram melhoras no desempenho escolar de seus filhos após iniciarem na escola regular.

No quarto momento abordou-se as expectativas dos pais com relação à vida acadêmica futura de seus filhos. Para a questão "Espera que ele continue estudando?". Dos pais, 90% disseram que sim; 5% responderam que no momento não, pois não vêem hoje o que fazer amanhã e 5%, se for a vontade dele. Respondendo à questão "Em que ou como?", 15% dos pais entrevistados disseram que gostariam que o filho

aprendesse desenho, pintura ou computação; 10% responderam que terminasse, pelo menos a 8ª série; 15% que terminasse colegial; 5% que fizessem uma faculdade; 25% responderam que o filho é quem irá decidir o que fazer; 5% não pensou ainda; 10% responderam que o filho irá até onde conseguir ou ter facilidade e 15% não responderam.

Discussão

A inclusão do portador de deficiência auditiva não tem apenas objetivos pedagógicos, mas objetivos sociais a serem alcançados. As questões iniciais se referiram a permanência dos filhos na classe/escola especial. Observou-se que, 60% dos sujeitos freqüentaram este tipo de escola durante três a dez anos, principalmente porque, devido à sua condição, não acompanhavam e, era a única solução cabível, sendo que foram encaminhados, na maioria, por professores de classe regular ou por profissionais que os acompanhavam, na época. Estes resultados mostraram que há muito pouco tempo atrás a melhor opção para a educação de surdos era colocá-

Os pais relataram melhoras no desempenho escolar de seus filhos após iniciarem na escola regular.

os em classes ou escolas especiais onde os professores da classe especial e profissionais se encarregariam de encaminhá-los para classe regular quando os considerasse aptos para freqüentá-la. Observa-se que alguns pais tomaram esta decisão sozinhos, tentando uma condição melhor para seus filhos.

Após a colocação dos seus filhos na classe regular, a maioria dos pais relataram sentimentos positivos com relação a esta decisão, sentindo-se realizados. Os pais relataram, também, que achavam que foi bom para seus filhos e que eles agora se achavam iguais aos outros e que estão felizes, aproveitando muito do conteúdo acadêmico apresentado. Os pais, também, relataram satisfação pela situação atual, identificando alguns aspectos que poderiam melhorar a condição de aprendizagem de seus filhos (professores mais atenciosos, mais conteúdos etc).

Com relação à vida acadêmica futura de seus filhos, a maioria dos pais tem expectativas positivas com relação à continuidade da mesma, especificando algumas áreas de interesse deles, mas demonstrando, principalmente, o desejo de vê-los

avançar, creditando à escola a possibilidade de mudança como fator que poderia contribuir para que o sucesso acontecesse (professores mais atenciosos, especializados, melhoria nos conteúdos etc...). Os pais, na maioria, relataram que a mudança para a escola regular foi importante para ambos, resultando em possibilidade de melhoria de desempenho. Colocaram, também, que a escola regular poderia ser melhor, promovendo o desenvolvimento acadêmico adequado onde o professor tem papel importante. Os sujeitos demonstraram expectativas favoráveis com relação à escolaridade futura, com possibilidades de avançar, observando-se aí uma ênfase nas possibilidades em detrimento de possíveis limitações resultantes da deficiência auditiva.

Considerações Finais

O presente estudo pretendeu analisar alguns aspectos da vida acadêmica de crianças portadoras de deficiência auditiva, hoje alunos de classes regulares de ensino, com relação à sua trajetória: frequência na classe especial, a mudança para a classe regular e as perspectivas de futuro escolar, sob o ponto de vista de seus pais.

Os resultados obtidos mostraram que a frequência na classe regular é mais importante, mais do que a classe especial, na medida em que faz com que os pais voltem a acreditar no potencial dos filhos, almejando uma vida acadêmica plena para eles.

Todavia, constatou-se a **necessidade de um número maior, de profissionais especializados e preparados, para atuar com portadores de deficiência auditiva**. Ao analisar questões que mostravam que o início da vida acadêmica foi, no geral, na escola especial e a posterior mudança para o ensino regular, observamos que quase a totalidade deles poderia ter iniciado sua escolaridade na rede regular e contado com o auxílio de profissionais especializados para garantir seu sucesso. Tais dados apontam para a possibilidade de sucesso da inclusão de crianças portadoras de deficiência auditiva, na rede regular de ensino, desde o início da sua escolaridade.

É necessário um número maior, de profissionais especializados e preparados, para atuar com portadores de deficiência auditiva.

Todavia, é necessário continuar investigando a realidade da inclusão com portador de deficiência auditiva, visando a melhoria da qualidade de sua vida pessoal, acadêmica e social. Os resultados apontam para a necessidade de incluí-los garantindo que profissionais especializados instrumentalizem o professor, garantindo, não só a oportunidade de convivência com seus pares, mas a competência acadêmica a que têm direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F. B. A família e o deficiente mental. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1988.

CARVALHO, R. E. Integração e inclusão: do que estamos falando? Educação Especial: tendências atuais. (Boletim: TVE), 1999.

CARVALHO, R. E. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

FERREIRA, S. L. Aprendendo sobre a deficiência mental: um programa para crianças. São Paulo: Memnon, 1998.

MANTOAN, M. T. E. (org.). A integração de pessoas com deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? Disponível: Educação online. URL: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Consultado em 31 out. 2001.

SCHULZ, J. B., CARPENTER, C. D. Mainstreaming exceptional students: a guide for classroom teacher. New York: Allyn and Bacon, 1995.